

BC não reduzirá logo os juros

SÃO PAULO — O governo mantém a disposição de reduzir a taxa real de juros na economia, mas descarta sugestões e pressões, vindas especialmente do setor industrial, para que esse seja o primeiro passo em direção à retomada do crescimento. Esse foi o recado dado ontem pelo presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, a uma platéia de banqueiros e executivos financeiros reunida para homenageá-lo em São Paulo. “Medidas voluntaristas só criariam uma bolha temporária de consumo, que se romperia rapidamente, com altos custos para a política de estabilização que perseguimos. O que importa no processo de investimentos é a estabilidade no comportamento das taxas de juros.”

Loyola entende como procedentes as queixas do empresariado, mas garante que o governo está disposto a resistir às suas demandas. “Ceder prejudicaria a todos com o pior dos impostos: a inflação.” Apesar da advertência, o presidente do BC disse que a política monetária deixará de ser o único instrumento de estabilização da economia: outros serão a política cambial, ao lado da proposta de política fiscal encaminhada ao Congresso — “elemento imprescindível” à redução dos juros — e o equacionamento do déficit público.

“A redução dos juros depende da execução de amplo programa de estabilização, que deve ser obtido através do ajuste das contas públicas, da recuperação da credibilidade do governo e, em consequência, de melhores expectativas dos agentes econômicos”, pregou. O encontro de soluções para os passivos hoje pendentes entre os setores público e privado e da União com os Estados — por intermédio de um cronograma para o pagamento das dívidas — é a forma pela qual o governo pretende reconquistar sua credibilidade. Uma vez alcançadas, tais metas criariam o terreno ideal, segundo o raciocínio de Loyola, para o alongamento do perfil da dívida interna.